

Conjuntura política do país

Antônio Augusto de Queiroz



Apresentação

Resultado do esforço do Sindicato dos Bancários de Brasília de municiar os bancários com informação séria e confiável para este momento da Campanha Nacional 2015, esta cartilha é parte da plenária promovida pela entidade em meados de julho que debateu a conjuntura política e econômica do Brasil em que se dariam as negociações com os banqueiros.

Neste primeiro caderno, trazemos a exposição feita pelo diretor de Documentação do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) e analista político Antonio Queiroz, para quem "os trabalhadores devem ficar atentos aos movimentos que estão ocorrendo neste momento, especialmente no Congresso Nacional, cujo objetivo central é desregular direitos e regulamentar restrições".

Na próximo exemplar publicaremos o conteúdo tarremos uma análise do economista e supervisor técnico do escritório regional do Dieese no DF, Max Leno de Almeida.

E não se esqueça: informação confiável é com o Sindicato. Acompanhe as notícias da Campanha Nacional da categoria pelos meios de comunicação oficiais da entidade.

Boa leitura!



Eduardo Araújo

Presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília

Índice

1. Conjuntura política

1.1 Dificuldades a enfrentar	5
1.2 A quem interessa o impeachment	8
1.3 Dimensões da cidadania	12
1.4 Desqualificação política	15

1. Conjuntura política



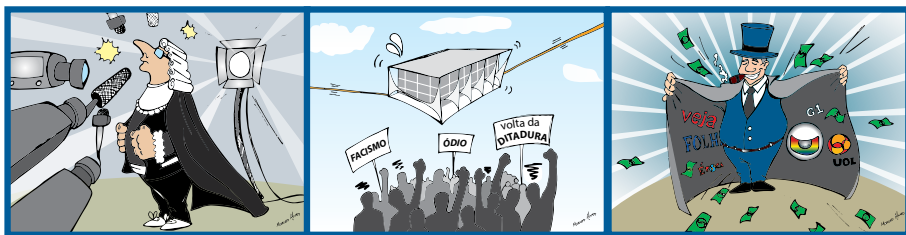
Por Antônio Augusto de Queiroz

Jornalista, analista político e diretor do Diap

Quero trazer alguns elementos a respeito da conjuntura política, que podem ser extremamente úteis no sentido de organizar o pensamento de pessoas que são formadores de opinião como vocês: lideranças bancárias.

O pano de fundo da conjuntura muito preocupante que sempre que há esse tipo de combinação em qualquer país do mundo é sinônimo de crise, é sinônimo de risco fiscal para qualquer país, o fato de que no caso o brasileiro, temos:

um poder executivo fraco;
um congresso corporativo;
um judiciário midiático; e,
uma imprensa tendenciosa.



Quando isso acontece, independentemente de qualquer outro aspecto, já se caracteriza como uma combinação extremamente perversa, complicada, e é sinônimo de crise. Para completar isso, nós temos um ambiente político e social absolutamente confuso, marcado por escândalo de corrupção, crise política ou crise na relação entre os poderes, um sentimento de frustração com o desempenho do governo, frente ao que apresentou em termo de proposta e de programa durante a campanha eleitoral, medidas de ajuste fiscal de

“O Governo se comunicou mal na definição dos marcos regulatórios e também nas conquistas sociais.”

caráter recessivo, queda da popularidade da presidente e riscos iminentes de manifestações populares de grandes dimensões.

Então nesse quadro, o grande desafio, a grande preocupação é não sucumbir ao desalento e à desesperança porque um ambiente tumultuado dessa natureza não favorece aos mais pobres, aos assalariados;

ele cria condições para que as forças de mercado reduzam a importância dos governos e do Estado sobre a economia e na regulação das relações, especialmente as relações de trabalho e, portanto, retira dos trabalhadores o seu principal instrumento de luta, que são as garantias de natureza sindical e as garantias de natureza trabalhista e previdenciária que dão a ele certa segurança para fazer o enfrentamento, a luta com as demais forças.

Os desdobramentos desse quadro vão se dar entre os meses de agosto e setembro, quando teremos maior nitidez deste quadro político. Vem agora um julgamento pelo TCU das contas da Presidência da República, analisando basicamente dois aspectos: se houve ou não pedaladas e adiamento de pagamentos, e se houve ou não cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Se o TCU recomendar a rejeição das contas, a oposição tem na mão um instrumento capaz de justificar a apresentação de um eventual pedido de impeachment.

O segundo aspecto diz respeito à doação oriunda de “propina”, de corrupção para a campanha eleitoral. O TSE analisará novamente isso. O Congresso Nacional está em uma crise complicada, com os presidentes da Câmara e do Senado envolvidos na Operação Lava Jato.

E estão previstas uma série de manifestações, sendo que uma programada para 16 de agosto, de enfrentamento ao Governo, e que, dependendo de sua dimensão, também pode reforçar a campanha para um eventual afastamento governamental.

1.1 Dificuldades a enfrentar

A dificuldade do Governo decorre de dois aspectos: de erros na direção política e de erros na condução da economia. Essencialmente de ausência de política, de falta de diálogo.

O Governo se comunicou mal na definição dos marcos regulatórios e também nas conquistas sociais que proporcionou à população brasileira ao longo desse período. Então, não dialogou com o mercado, não dialogou com o Congresso e nem com os movimentos sociais.

Criou, no mercado financeiro, uma desconfiança muito grande, com a chamada contabilidade criativa. Foi o fato de, em lugar de reduzir a meta de superávit, criar artifícios como a antecipação de receitas de estatais, para fechar esse superávit. E isso foi muito ruim do ponto de vista das expectativas do mercado em relação ao próprio Governo.

Além disso, há outra razão de fundo, a central, realmente, que é o fato de que a presidente, quando assumiu, elegeu uma obsessão benigna: reduzir a taxa de juros no Brasil.

Para tal modificou a fórmula de remuneração da poupança, determinou ao Banco Central que reduzisse a taxa Selic e determinou aos bancos oficiais que, mediante concorrência, reduzissem o spread bancário. Isso, para o capitalismo, é uma agressão, uma violência.

No sistema capitalista esse é um tipo de atitude que só se faz com o inimigo absolutamente rejeitado na sociedade. E o banqueiro é essa figura. Ninguém gosta de banqueiro; nem banqueiro gosta de banqueiro. Então, era o inimigo ideal para fazer isso. Essa redução trouxe uma melhoria de condições, de qualidade de vida muito significativa para a população, especialmente para os assalariados.

Porém, a ausência de diálogo, o fato de a presidente não escutar, dá a ela uma autoconfiança cega. Ela, então, transpõe esse modelo de reduzir margem de lucro ou de impor taxa de retorno para um setor, que é inaceitável para o capitalismo, mas que não há solidariedade na sociedade nem de outro segmento ao mercado financeiro porque também esses outros setores são extorquidos pelo mercado financeiro. Então, é o tipo de inimigo ideal, com o qual é tolerável ter esse tipo de postura.

O Governo leva esse modelo para a energia, para portos, levaria para a mineração, para rodovias. Quando faz isso, perde a solidariedade desse outro segmento empresarial. Temos informações de bastidores que dizem que na negociação dos marcos regulatórios da energia, os empresários representantes das concessionárias chegaram a dizer que dariam 18% de redução da tarifa, pretendidos pela presidente, ganhando na escala, na

“O mercado financeiro colocou em curso uma campanha de desqualificação do Governo em todo esse período.”

competitividade, na gestão, na produtividade.

Mas ela fez questão de constar no marco regulatório que nem uma empresa poderia ter retorno superior inicialmente negociado em 3,5% e que depois chegou em torno de 6%. E as empresas que, renovavam a concessão naquelas bases ou não renovavam, aceitaram renovar com a esperança de que a presidente se enfraquecesse e aceitasse as bases propostas.

Mas enquanto ela não mudasse de opinião, não investiriam um centavo pela seguinte razão: os investidores, aqueles que compram ações na bolsa dessas empresas que exploram essa atividade, quando estrangeiros, têm na sua regra corporativa que não podem investir em empresa que têm retorno limitado, limite de lucro por marco legal; e o empresário de forma geral não vai porque tem outras alternativas.

Então, as pessoas simplesmente cruzaram os braços, não investiram nada e se somaram ao mercado financeiro no combate ao Governo. O mercado financeiro quintuplicou seu gasto com publicidade, contratou vários analistas econômicos e colocou em curso uma campanha de desqualificação do Governo em todo esse período.

A presidente só se deu conta desse erro em relação ao setor empresarial e a hostilidade que isso gerou quando a Vale fechou uma mina de potássio na Argentina, desempregando cinco mil pessoas diretamente e 15 mil indiretamente. A presidente da Argentina ligou para a do Brasil e pediu para que ela intercedesse junto à Vale para não fechar a mina.

Então, ela ligou para o presidente da Vale, que disse: presidenta, nossa empresa tem uma regra em sua governança corporativa que ela não fica em um único país, inclusive no Brasil, um único dia, se esse país fizer uma lei determinando duas limitações para a empresa: uma é a participação especial e a outra é a limitação da taxa de retorno. Esses eram os dois principais artigos do Código de Mineração que a presidente já tinha lido incontáveis vezes.

“Mesmo com Levi, com Jesus Cristo no Ministério da Fazenda, as dificuldades para resgatar a confiança são muitas.”

Ela, então, mandou retirar imediatamente do projeto esses dois artigos. Mas já era tarde. Para o mercado a presidente já era vista como intervencionista, alguém que é contra o mercado, contra o lucro, contra o setor privado em geral, contra o capitalismo. Enfim, completamente estigmatizada. Então, mesmo com Levi, com Jesus Cristo, com quem ela quiser no ministério da Fazenda, as dificuldades para ela resgatar a confiança são muitas. Então, o quadro é realmente preocupante do ponto de vista do

investimento nessa perspectiva.

Outro problema é a relação com o Congresso, e na relação política de um modo geral. Em lugar de, para a eleição de 2014, estabelecer uma aliança prioritária com os partidos de esquerda e de centro-esquerda, o Governo, o PT, a presidente, estimularam a criação de partidos de centro-direita, como o PROS e o PSD, e o PMDB interpretou aquilo como uma tentativa de esvaziamento deste como partido prioritário na aliança. E começou a resistência a partir de então. Acontece a eleição, o PSB, o PSD e o PROS recebem dois ministérios estratégicos, Cidades e Educação, e o PMDB aumenta sua convicção de que o Governo quer deixá-lo como parceiro secundário. E começa a criar toda espécie de dificuldades para o Governo, especialmente no Congresso.

“Os presidentes da Câmara e do Senado criaram toda sorte de dificultadores para o Governo.”

Ato contínuo acontece a eleição para a presidência da Câmara. O PT lança um candidato, derrotado pelo do PMDB, que ganha a eleição em primeiro turno, sem precisar dos votos da oposição. E se fortalece.

E, para fechar esse quadro do ponto de vista da hostilidade do PMDB em relação ao Governo, acontece que os presidentes da Câmara e do Senado são envolvidos na Lava Jato e atribuem isso à ação governamental; e, portanto, criaram e continuam criando toda sorte de dificultadores para o Governo. Ao ponto de tê-lo obrigado a trocar sua coordenação política.

Isso, do ponto de vista dos interesses gerais da população, foi trágico. Embora o Michel Temer traga maior governabilidade do que traria um nome do PT, ele separa o que é interesse do Governo daquilo que é interesse de partido e de interesse da sociedade. Significa dizer que todas aquelas políticas públicas de interesse do povo, se não forem de iniciativa do Governo, não ficarão entre as prioridades governamentais do ponto de vista do acompanhamento. Por exemplo, terceirização. É entendida como um assunto de interesse da sociedade, de trabalhadores e empregadores, e que o Governo não deve se meter nisso. Por isso foi aprovada de maneira relativamente fácil pela Câmara.

1.2 A quem interessa o impeachment

Depende desses acontecimentos que mencionei, mas o meu sentimento

é que não. Para tal é necessário um fato determinado, muito claro. E a presidente não tem as próprias digitais envolvidas nisso.

Então, das instituições não partirá o pedido. Mas não partirá porque não existe fato determinado. E talvez principalmente porque não interessa à oposição em geral e ao PSDB em particular. A destituição, o impedimento da presidente da República leva o vice a assumir. Quando há impeachment, e em todo o mundo é assim, forma-se um governo de união nacional, e as oposições têm obrigação moral enquanto responsáveis pela derrubada do governo anterior, de dar sustentação ao que chegou.

“Das instituições não partirá o pedido porque não existe fato determinado.”

Logo, o PSDB deixaria de ser a alternativa de poder na sequência. E o PMDB poderia se viabilizar como tal e fazer de Michel Temer o próximo presidente. Então, não interessa ao PSDB.

Não interessa ao PMDB porque apenas como membro do governo, tem mais condições de arrancar concessões porque não está no foco da imprensa, do que sendo titular. Principalmente em um momento de dificuldade.

Não interessa à grande mídia, que do ponto de vista comercial, está muito mal. E quebra completamente se não tiver um governo em quem bater. Com um governo de união nacional não haverá fatos que motivem a opinião pública a comprar jornais. Embora a grande imprensa continue fazendo opinião de forma assustadora. 70% de tudo o que circula nas redes sociais tem como fonte a grande imprensa.

E não interessa ao poder econômico pela seguinte razão: nada mais conveniente a ele do que um presidente da República fraco, que fará concessões que outro presidente, mesmo que pense ideologicamente com o mercado, não faria. O estado de necessidade faria o governo fazer concessões.

“Nada mais conveniente ao poder econômico que um presidente da República fraco, que fará concessões”.

Está em curso manter a presidente com baixa popularidade, desfazer todos os marcos regulatórios definidos até aqui. E são muitos. Um extremamente importante, por exemplo, é o da exigência de conteúdo nacional. As

empresas estatais e o governo de modo geral têm que, no mínimo, contratar ou comprar bens de serviço de empresas nacionais de no mínimo 50%. Essa é uma garantia para a indústria nacional, para gerar emprego localmente. E esse é um marco que certamente será alterado. A questão da Petrobras, os

regimes de partilha, de concessões, enfim, uma série de pontos.

Para compreender esse ambiente em que estamos vivendo, é bom resgatarmos um pouco do que aconteceu na última década, nos últimos 12 anos em particular. Vivemos um período extremamente auspicioso. E o governo não soube politizar as conquistas e garantias que foram proporcionadas ao longo do período. Todos sabemos, ninguém aqui é ingênuo, que as prioridades governamentais dependem da visão de mundo do governante, da sua ideologia. Se for um governante liberal, reduz o Estado, reduz a intervenção governamental e entrega tudo ao mercado. Portanto, não utiliza os instrumentos do Estado para impulsionar e distribuir renda e lucro. Se tiver outra visão, fará o sentido inverso.

“O governo não soube politizar as conquistas e garantias que foram proporcionadas ao longo do período”.

Então, tivemos durante um pouco mais de uma década de redução das tensões sociais e da pobreza. Isso é diagnóstico. Crescimento regular do emprego e da renda, baixas taxas de desemprego, oportunidades escolares crescentes, sonhos de ascensão social, cortejamento pelo comércio, pelos bancos, pelas seguradoras, pelas financeiras de todos quantos tinham renda seja como assalariado seja como beneficiário de algum programa social. (Aqui todos sabemos que no passado para ter direito a um cheque especial era uma luta. Hoje se consegue com muita facilidade.)

Então, havia possibilidade de acesso a bens e serviços que não existia no passado. Isso é qualidade de vida. Porém, como não houve a politização, o cidadão atribui isso ao seu mérito pessoal. Não atribui a políticas governamentais, a incentivos governamentais. E, então, acredita que isso aconteceria independentemente de quem estaria no governo e independentemente da conjuntura. E isso, convenhamos, é ignorância política. Se pegarmos esse cidadão e o colocarmos no Haiti, na Venezuela, na Argentina, por mais talentoso que seja não terá oportunidade. As oportunidades são criadas pelos mecanismos de intervenção na política econômica utilizados pelo governo. Esse foi um aspecto.

O segundo aspecto diz respeito à questão do combate à corrupção e da ampliação à transparência. Na última década, foram aprovadas no Brasil várias leis que facilitaram o acesso à informação e forneceram meios e formas de combate a irregularidades.

Então, a afirmação de que a corrupção aumentou nos últimos anos não tem base empírica porque anteriormente não existiam instrumentos para

combatê-la. Tais como:

- **Lei da Transparência** (Lei complementar 101\2009, conhecida como Lei Capiberibe), que obriga a disponibilização em tempo real de todos os gastos nos três níveis de governo.

- **Lei 11.300, da Captação de Sufrágio Ilícito**. É aquela que aceita como ilícito a evidência do dolo para efetivar a cassação de registro de candidato. Antes havia o crime; esse crime foi tipificado como fraude. E facilitou de 2006 para cá a cassação de dezenas, centenas, milhares de prefeitos, deputados estaduais, vereadores por esse mecanismo de moralização.

- **Lei Complementar 135 de 2010**, da Ficha Limpa.

- **Lei Geral de Acesso à Informação**, que permite a qualquer cidadão se dirigir a qualquer órgão do governo e solicitar qualquer informação de interesse particular ou geral.

- **Lei 12.527 de 2011, de Combate à Lavagem de Dinheiro**, que o COAF, Conselho de Controle de Atividades Financeiras, pudesse rastrear dinheiro com facilidade.

- **Lei de Conflito de Interesses**. O cidadão que ocupa um cargo público e praticar advocacia administrativa sofre os rigores dessa lei. E aquele que é correto, quando sai tem direito a noventena. Ou seja, fica proibido de trabalhar por seis meses e ao longo desse período recebe sua remuneração.

“Havia possibilidade de acesso a bens e serviços. Como não houve politização, o cidadão atribui isso ao seu mérito pessoal”.

- **Lei de Responsabilização da Pessoa Jurídica ou Lei Anticorrupção**. Graças a essa lei temos empresários na cadeia. Antes dela havia somente a figura do corrupto; agora existe também a do corruptor. Lei 12.846\2013.

- **Lei 12.850\2013, de Delação Premiada**; ou a lei que trata dos delitos das organizações criminosas.

Graças a ela que foi possível desbaratar essa quadrilha que assaltava os cofres públicos. E que não começou agora; vem de muito antes.

- **Emenda à Constituição** que permite a apreciação de veto aberto e também cassação de mandato.

Estou citando algumas para mostrar que corrupção deve ser punida com o rigor da lei. E fica evidente à medida que se dá transparência e mecanismos de controle. Além disso, nunca houve um período em que a Polícia Federal, a Controladoria Geral da União, o Tribunal de Contas, o Ministério Público, o COAF, tivessem tanta liberdade para atuar.

Alguém pode pensar que estou fazendo uma defesa do Governo. Não estou. Estou dizendo que não vamos enveredar por essa fúria persecutória

porque o Brasil atualmente tem mais fiscal da despesa do que fiscal da receita e está condenado ao fracasso. Enquanto são poucos a trazer recursos há muitos para inviabilizar e engessar sua aplicação. Hoje um gestor público não toma uma decisão. Se chegar no INSS, faz um check list de 20 itens para sua aposentadoria, se o atendente tiver dúvida em um, indefere. Isso é um escândalo. A fúria persecutória é muito grave.

Todas essas coisas fizeram com que a percepção da sociedade, de um modo geral, apontar que tudo o que o Governo fez nesse período foi conjuntural. Ou seja, não se sustenta no tempo, já acabou, já foi anulado.

E foi dado evidência à redução da taxa de juros, que já aumentou; à redução da tarifa de energia elétrica, que já subiu; ao congelamento do preço de combustível, que já subiu; os impostos da cesta básica, que voltaram a subir. E também, novamente, sem contextualizar.

Era importante para o Brasil segurar o preço dos combustíveis em uma conjuntura de seca, jamais havida, quando o governo, com o esvaziamento dos reservatórios, teve que acionar as termoeletricas para manter o país com energia. E as termos são movidas com combustíveis fósseis. Se não tem o incentivo ou fechariam ou a inflação dispararia. As exportações são escoadas por rodovias; se aumenta o preço do diesel, as coisas se complicam nesse sentido também. Então, utilizou essa empresa para fazer política anticíclica. E tem que assumir isso. Mas não o faz e não enfrenta esse aspecto. E ajuda a reforçar a percepção de que há uma degradação moral no país e que houve negligência e incompetência.

“Enquanto são poucos a trazer recursos há muitos para inviabilizar e engessar sua aplicação”.

“Se milhares de pessoas foram às ruas é porque tinham razões. O governo precisava ser alertado porque não estava atento aos problemas”.

1.3 Dimensões da cidadania

Esse ambiente levou, em 2013, milhões de pessoas às ruas para se manifestarem em quatro das cinco dimensões possíveis da cidadania: de eleitor, de contribuinte, de usuário de serviço público e de consumidor. Mas não foram na dimensão de assalariado, de trabalhador. Porque havia

emprego e renda.

Nós da esquerda, do movimento sindical ficamos, naquela oportunidade,

“Em uma democracia representativa, o eleitor delega para que alguém, em seu nome, fiscalize, legisle, e administre”.

em uma postura de criticar a manifestação, taxando-a de golpista. Esse foi o maior erro que se poderia ter cometido. Se milhares de pessoas foram às ruas é porque tinham razões. O governo precisava ser alertado porque não estava atento aos problemas.

Na dimensão de eleitor, o cidadão protestou com razão. O eleitor é o

titular do poder. Em uma democracia representativa, ele delega para que alguém, em seu nome, fiscalize, legisle, aloque recursos públicos, administre. Mas o faz com base em um programa, com exigência de prestação de contas e alternância no poder. No Brasil isso tem sido desrespeitado. E não é apenas no plano do Legislativo. Em outras representações também. É preciso uma reflexão urgente; se não se deslegitima. E sem legitimidade, representatividade e sintonia com os representados, perde a condição de representante; e certamente perderá para outros atores que não tem afinidade ou compromisso com valores.

Na dimensão de contribuinte, o cidadão também estava com razão. Naquela oportunidade em particular, junho de 2013, estavam sendo construídos estádios que pobre não iria frequentar. As manchetes dos jornais diziam que o BNDES estava dando dinheiro, entre outros, para Eike Batista. E ainda fortaleciam as denúncias de corrupção em, suas chamadas.

Assim, a população tinha muito claro o sentimento que pagava muito imposto e que este estava sendo canalizado para finalidades alheias àquelas que deveria ser a principal motivação de tributos que são as de corrigir os desequilíbrios, impulsionar o crescimento, e outros. Havia razão nessa dimensão do protesto. Embora sempre é bom chamar a atenção de que no Brasil há uma injustiça na carga tributária. Ela incide mais sobre salário e sobre consumo e menos sobre renda, sobre patrimônio, sobre grandes fortunas. A carga é muito indireta e precisa ser direta.

“Na dimensão de contribuinte, o cidadão também estava com razão”.

É preciso constatar que objetivamente há essa injustiça. E há um aspecto que merece atenção: na destinação dos recursos arrecadados há alguma justiça. Algo em torno de 60% de tudo o que o Governo Federal arrecada

é distribuído diretamente para pessoas, sem intermediários. Não existe paralelo no mundo. Isso vai desde pagamento de Bolsa Família, benefícios sociais, seguro desemprego, assistência e previdência social, salário e previdência de servidor.

Isso é muito dinheiro e é graças a esses mecanismos que temos paz social no Brasil.

O cidadão que nunca contribuiu para a Previdência tem um programa de assistência social de um salário mínimo lá no interior de seu município e ele se torna arrimo de família. O filho e o neto ficam na localidade, consomem e movimentam o comércio de lá e não vêm para as grandes cidades.

A dimensão de usuário de serviços públicos também justificou a ida às ruas. Serviços públicos de saúde, educação, segurança, mobilidade urbana, são de má qualidade. E aqui também cabe uma observação: é de má qualidade não porque é prestado pelo Estado; é de má qualidade porque insuficiente.

“Na dimensão de consumidor, o cidadão se manifestava no momento em que juros e inflação começam a subir”.

Se, em hipótese, tirássemos de circulação 50% da nossa população, teríamos escolas de qualidade para todos, condições excelentes de mobilidade urbana, hospitais e equipamentos para atendimento de qualidade, medicamentos.

Então, falta mais Estado, mais Governo, mais agente público nesse processo. E é democrático. Qual a diferença entre o pobre e o rico no trânsito? O rico está no automóvel e o pobre está no ônibus. Mas os dois estão no engarrafamento.

Qual a diferença no hospital? Se você for no SUS demora a ser atendido. Mas tem um atendimento mais atencioso. Vai no atendimento de saúde privado, o atendimento até é mais rápido, mas o médico mal olha para você e fica pedindo exames e exames. Você é visto como uma máquina de fazer dinheiro.

Na educação, a pública em nível universitário é melhor do que o fundamental e o ensino médio privados. O pobre na rua está sendo assaltado. O rico está enjaulado em sua mansão.

Por fim, na dimensão de consumidor, o cidadão se manifestava no momento em que juros e inflação começam a subir.

Deveríamos ter nos atentado para isso e assumido essas bandeiras. Essas manifestações foram convocadas por redes sociais. Onde isso ocorreu foi

“Serviços públicos são de má qualidade não porque é prestado pelo Estado, mas porque insuficiente”.

uma tragédia. A Primavera Árabe é um exemplo.

Não há liderança capaz de sistematizar as reivindicações, negociar e pressionar as autoridades do regime representativo para que implementem aquelas políticas públicas. Como foi dessa maneira, governo algum tomará a iniciativa. E qual a consequência disso? Como os setores organizados não estavam presentes, não aconteceu nada. A população, então, se frustra e a consequência naquilo que significaria mais estado, mais governo, mais e melhores serviços públicos, mais ética na política é o contrário.

A população indignada não raciocina politicamente, passa a desqualificar a política, os agentes públicos, as instituições. E isso é trágico porque não há solução para os problemas coletivos fora da política. Todas as conquistas do processo civilizatório foram decisões políticas: direitos sociais, direitos humanos, direitos civis, direitos difusos, coletivos, bioéticos.

E quando se desqualifica a política se qualifica o mercado, que tem por objetivo a competitividade e o lucro. Não tem compromisso com valores, com justiça, com coisa alguma. Para o mercado a mortalidade infantil é benéfica. Há menos gente precisando dos serviços públicos.

Dois tipos de pessoas fazem a desqualificação da política: os desinformados, que o fazem por ignorância e são potenciais vítimas disso; e os mal intencionados, que afastam as pessoas do processo e se apropriam do aparelho de estado.

1.4 Desqualificação da política

Este tem três monopólios e, enquanto não for inventado outro modo de organização social, continuará existindo:

- 1 O monopólio de impor conduta e punir seu descumprimento, o chamado poder coercitivo;
- 2 O poder de legislar, ou seja, fazer leis obrigatórias para todos nas áreas distributivas, redistributivas, regulatórias, etc;
- 3 O poder de tributar; e dependendo do modo como tribute se pode facilitar ou não a vida das pessoas.

E quem desqualifica a política conscientemente quer se apropriar dessas ocupações do estado.

Ocorre a manifestação de junho de 2013, a população vai às ruas e não há resultados. A consequência é a indignação, a rejeição à política

“Quem está
contra tudo
necessariamente
não está a favor
de algo melhor”.

e às instituições. E as pessoas passam a se identificarem com o primeiro messiânico populista, fundamentalista que aparece. Aquele que reflete o contra tudo que aí está. E não há o raciocínio de quem está contra tudo necessariamente não está a favor de algo melhor. De eleger um Congresso que resume como conservador do ponto de vista social, liberal do ponto de vista econômico, e atrasado do ponto de vista do meio ambiente, dos direitos humanos.

A presidente da República se reelege com um discurso de esquerda, nacionalista. Mas está acuada do ponto de vista econômico porque fez uma política anticíclica que gastou muitos recursos e não houve o correspondente investimento. Temos investimento privado e investimento estatal, o interno e o externo.

O externo continuou vindo (o Brasil é o quinto maior destino); o investimento interno vinha de recurso de origem trabalhista, do FGTS, administrado pelo FAT, que por sua vez passa ao BNDES, e recursos dos fundos de pensão. Essas são duas alavancas importantes do ponto de vista do empresariado. Porque o empresariado está com o dinheiro empossado. São R\$ 300 bilhões. Não investiram e não vão investir enquanto Dilma estiver na Presidência porque a julgam intervencionista.

E o outro recurso é o estatal, do BNDES e da Petrobras. E vejam em que situação se encontra o Brasil. A Petrobras envolvida na Lava Jato e com a CPI na Câmara; o BNDES com uma CPI aberta e os fundos de pensão com CPI aberta.

Esses três vetores fundamentais no investimento estão contraídos; as famílias que respondem por parte importante do PIB estão em dificuldade. O quadro é realmente preocupante do ponto de vista da população. E uma onda conservadora neoliberal ressuscita e vem com toda força. Qual é a “sorte” que temos? É que quem está liderando esse processo tem tanto problema do ponto de vista ético-moral de um lado, e de avidez e ganância, de outro, que toma atitudes que mesmo os setores conservadores consideram um retrocesso grande e podem breçar.

Além disso, a presidente Dilma teve que incorporar no seu governo, representantes de quatro setores da atividade econômica, por cima dos partidos. Coisa nunca vista no Brasil. Até têm selo partidário, mas seus partidos estão votando contra o Governo no Congresso.

Estão lá Joaquim Levy no Ministério da Fazenda, representando o sistema

“O quadro é preocupante do ponto de vista da população. E uma onda conservadora neoliberal ressuscita e vem com toda força”.

“Os setores neoliberais criam um ambiente mental que não corresponde à realidade. As pessoas acreditam que aquilo efetivamente está acontecendo”.

financeiro; Kátia Abreu, representando o agronegócio, representante de classe, presidente da CNA; Armando Monteiro, que foi presidente da CNI, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, representando o empresariado urbano e industrial; o Afif Domingos, representando o comércio e os serviços. Destes, mais de 90% são pequenas e micro empresas).

Esses cidadãos estão empoderados no Governo, na área econômica, com a missão de resolver os problemas dos setores. Eles estão, então, avaliando que têm a missão de resolver os problemas de seus setores, mas há aspectos de outros setores interferindo em cada área.

Por exemplo, o Código Civil diz que é considerado trabalho degradante o trabalhador ficar mais que seis horas exposto ao sol. Isso atrapalha o agronegócio e precisa ser modificada a legislação. Há também Normas Reguladoras de segurança no trabalho entendidas como empecilhos para a produtividade. O ministro do Desenvolvimento e Indústria organiza a retirada dessas NRs. O Afif quer instituir o Simples trabalhista porque não basta dar incentivo tributário, previdenciário, administrativo, fiscal à pequenas e micro empresas.

Isso tudo nos aponta um quadro de extrema preocupação e dificuldade. É possível enfrentar esse ambiente? É. E devemos fazê-lo. Há um espaço em que a direita, os setores neoliberais trabalham com muita habilidade, que é a propaganda. Criam um ambiente mental que não corresponde à realidade, as pessoas acreditam que aquilo efetivamente está acontecendo e é uma profecia que se autorrealiza.

Quando houve a sazonalidade do preço do tomate, a inflação estava mais ou menos controlada. Quando foi anunciada uma subida de 300%, desencadeou um processo de aumentos generalizados, provocando efeito multiplicador.

Diante de tudo isso, vamos analisar do ponto de vista objetivo, sob a ótica dos trabalhadores o que aconteceu no Congresso no primeiro semestre deste ano. A sensação que todos temos é que houve derrotas acachapantes, conclusivas, definitivas, que nunca mais serão recuperadas.

Esse risco existe, mas não aconteceu ainda. No primeiro semestre de cada legislatura há uma produção legislativa muito grande. Nesta não

houve. Mencionei uma das razões: o fato de quem está conduzindo isso ter uma grande avidez, sair comprando briga com o Governo, com o Judiciário, com o Ministério Público, com seu próprio partido. Isso nos dá a condição de dividir os adversários.

O segundo foi uma pequena resistência que houve. E aqui quero destacar as centrais sindicais, de modo geral, e a CUT, em particular, tiveram uma importância grande, no enfrentamento ao Governo (não fez publicamente, mas no embate parlamentar). Tivemos duas emendas constitucionais aprovadas nesse semestre.

“As centrais sindicais, de modo geral, e a CUT, em particular, tiveram uma importância grande, no enfrentamento ao Governo

Do ponto de vista dos trabalhadores são emendas neutras. Uma trata do orçamento impositivo e outra trata do aumento da idade para aposentadoria compulsória do servidor público.

Do ponto de vista de perdas reais, tivemos a revisão da lei dos caminhoneiros, tirando alguns direitos, exigência do agronegócio, e o Governo em função de ter trocado a coordenação política não enfrentou e não disse que era questão de Governo mesmo a proteção desses trabalhadores; e as duas MPs, a 64 e a 65, ambas alteradas substantivamente para tirar seus efeitos mais perversos. Estas foram as derrotas.

O que podemos considerar ganho nesse período? Tivemos a aprovação da lei de continuidade da política de recuperação do salário mínimo. Foi regulamentada a lei dos empregados domésticos. Acontece a correção da tabela do imposto de renda, ainda que em percentual inferior à inflação porque antes nem isso tinha; a aprovação do estatuto do deficiente; a flexibilização do fator previdenciário que permite que muita gente que começou a trabalhar mais cedo se aposente em um período de trabalho menor.

Então, do ponto de vista real do resultado, considerando a correlação de forças, foi positivo, graças a essa pequena resistência. Isso indica que é possível enfrentar as outras questões que lá estão. Os deputados são tão reacionários que uma casa conservadora, como é o Senado, acha exageros os retrocessos e está segurando a terceirização, a reforma política e a redução da maioridade penal.

Então, temos ainda um ambiente de oportunidades e de ameaças no Congresso, com uma série de projetos. E se não sucumbirmos, não baixarmos a guarda e atuarmos firmemente, podemos evitar que nesse momento em que a correlação de forças é desfavorável, consigamos segurar os instrumentos os

que nos darão condições, na frente, de tomarmos para nós o protagonismo desse processo. É fundamental termos clareza dessas questões.

Há um processo de criminalização de um partido político, o PT. Não sou filiado a partido. Acho que todo cidadão que tem compromisso com os trabalhadores deve ter clareza de que embora pretenda atingir um partido em particular, está atingindo a esquerda de um modo geral.

Uma vez inviabilizado o PT não há outra força no campo da esquerda capaz de recuperar a curto e a médio prazo esse movimento. Então, a campanha contra o Partido dos Trabalhadores é contra a esquerda.

Portanto, devemos criar uma frente de esquerda e nos articularmos para o enfrentamento do reacionarismo e do retrocesso para que sejam transitórios. Não podemos permitir que em um período de dificuldades de dois anos, percamos conquistas históricas como, por exemplo, os marcos trabalhistas e sindicais que existem no Brasil.

CAMPANHA SALARIAL DOS BANCÁRIOS 2015

VOCÊ NO APERTO E OS BANCOS NÃO PARAM DE GANHAR SUGADORES

